Ata da Reunião Extraordinária do COPED/PR – 24/06/2025

Ao vigésimo quarto dia do mês de Junho do ano de 2025 às 09:00 horas, em formato online, por meio de link: https://www.webconf.pr.gov.br/b/con-aik-cfk-v2n disponibilizado para os (as) Conselheiros (as) sob justificativa prévia, deu-se início a Reunião Extraordinária do Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná (COPED/PR). Fizeram-se presentes os (as) **Conselheiros (as) Titulares Governamentais:** Rafael Osvaldo Machado Moura (MP/PR); **Conselheiros (as) Suplentes Governamentais:** Nádia Alves Souza Leandro (SEJU); Camila Schiavon Tigrinho (TJPR); **Conselheiros (as) Titulares da Sociedade Civil:** Walter Tierling Neto (Grupo Dignidade); Elza Maria Campos (UBM); Giovana Menezes (Terra de Direitos); Wanderli Machado (CRESS); Bruna Ravena (Casa de Malhu); Alisson Fernando Moreira Poças (CDH Londrina); **Conselheiros (as) Suplentes da Sociedade Civil:** Waleiska Emília Fernandes Figueiras (SINDIJOR); Carolina Bulgacov Dratch (CRN-8); Aieda Muhieddine (Irmandade Sem Fronteiras). Convidados/Colaboradores: Jane Vasques (SEJU); Aline Oliveira Ferreira Romanel (Assistente Administrativa SEJU/UTSC); Henrique Chaves dos Anjos (Assistente Administrativo SEJU/UTSC); Leandro Peixoto (SEJU/CODH); Geniane Gabriel (SEJU/CODH); **Justificativa de Ausência:** sem justificativas. **1. Abertura:** A princípio, o Vice-presidente do Conselho, Conselheiro Walter saudando a todos, deu início a reunião extraordinária do Conselho Permanente de Direitos Humanos do Estado do Paraná. **2. Aprovação da pauta:** Pauta previamente aprovada pelos conselheiros. **3. Conferências CNDH:** O Conselheiro Walter, dá bom dia a todas as pessoas que estão na sala e agradece por terem atendido ao chamado com celeridade para a reunião extraordinária e diz que na última reunião foi combinado que a assistente administrativa da UTSC/SEJU Aline enviaria ofício para todos os municípios, bem como para a Ordem dos Advogados do Brasil com pedido de celeridade, para que todos os documentos que houvessem fossem a eles enviados pedindo colaboração destes atores para fazer-se o chamamento dessas conferências. O Conselheiro Walter diz que deve-se criar uma comissão para

organizar essas conferências, especialmente a conferência estadual, então pergunta aos conselheiros quem tem interesse em compor essa comissão. Fica formada a comissão pelos seguintes Conselheiros(as): Nádia, Bruna, Wanderli, Elza e Waleiska. A Conselheira Elza pede se a assistente administrativa Aline poderia passar os informes e datas da Conferência pelo grupo de whatsapp. Esta fica de enviar assim que acabar esta reunião. A Conselheira Nádia informa que o CODH fez contato com o Conselho Nacional na sexta-feira e eles informaram que o documento ainda não está pronto, e o que há é uma prévia que foi discutida na reunião do Conselho, então oficialmente ainda não foram convocadas as conferências, a Conselheira então diz que entende que não pode ser feita essa convocação dos municípios sem esse documento orientador oficial, mesmo não tendo toda a publicação, e a coordenação já preparou de acordo com os documentos orientativos que já possuem, o Conselho já possui uma prévia, uma minuta do documento orientativo estadual para que se possa terminar de construí-lo juntamente com a comissão organizadora e com o Conselho, então a conselheira acredita que não é possível ainda fazer essa convocação para os municípios sem que haja essa publicação oficial do Governo Federal, e também informa que a coordenação já solicitou orçamento e já está tramitando a solicitação de orçamento, porém ela não deve andar enquanto não houver a comunicação oficial do Governo Federal, do Conselho Nacional. O Conselheiro Walter pede então para assistente administrativa Aline segurar qualquer expressão do documento e diz para aguardar agora as Conselheiras Elza e a Nádia capitanearem essa situação, informando sobre a disponibilidade e chamando os demais, e questiona se todos viram as datas provisórias que já tem. A Conselheira Aieda informa que ainda não havia visto porque chegou no grupo do Whatsapp posteriormente então agora que estava conhecendo. O Conselheiro Walter diz que elas são importantes, mas nesse minuto não vão ter um impacto muito relevante porque estão aguardando a divulgação do cronograma oficial pelo Ministério dos Direitos Humanos, então hoje a tarefa é mais construir e angariar os voluntários para integrarem à comissão, o Conselheiro então pergunta se alguém tem algo a mais para acrescentar ou podem tomar estes

encaminhamentos. A Conselheira Elza diz que é isto, e que depois conversará com a Conselheira Nádia e para trocar algumas informações e enviar alguma nota para o grupo do Whatsapp. O Conselheiro Walter ingressa então no segundo ponto da pauta, que é a criação da comissão que será responsável pela elaboração da minuta prévia do edital da eleição para Ouvidor-Geral da Defensoria Pública, esse grupo que vai se formar agora vai fazer a minuta do edital, apresentar ao grupo posteriormente, para que esse grupo grande possa tomar ciência e partilhar até a homologação. O Conselheiro complementa que a função de um ouvidor é bastante importante, e esse ano haverá um trabalho bastante árduo, porque um salário que era de R$17 mil agora foi para R$23 mil, então é um processo que parece que será bem interessante. O Conselheiro Walter indaga, quem além dele e da Conselheira Jane, gostaria de compor essa comissão, que deve ser composta somente pela Sociedade Civil, logo após complementa que durante a plenária dialogará com outros atores e outros envolvidos, se alguém quiser participar. A Conselheira Carolina diz que gostaria muito de participar mas informa que está de mudança pois passou em um Concurso e portanto infelizmente não vai poder assumir mais uma responsabilidade agora. Os Conselheiros parabenizam a Conselheira. O Conselheiro Walter reitera se alguém mais quer compor com ele a comissão. O Conselheiro Alisson afirma que poderá compor a Comissão junto com o Conselheiro Walter. Ao que o Conselheiro responde que é importante ter o interior também e o Conselheiro Alisson é sempre competente. A Conselheira Aieda pergunta se também pode compor ao que o Conselheiro Walter confirma. A Conselheira Giovanna diz que vai se informar internamente dentro na instituição Terra de Direitos, mas avisará no privado se for compor a comissão. Ao que o Conselheiro pergunta se ela não possui esta informação neste já naquele momento. A Conselheira Giovanna diz que possui quase certeza porém tem que conversar com sua coordenadora que está com problemas de saúde e de repouso, então pode colocar seu nome quase à disposição porém precisa confirmar com ela essa informação, e por isso que não a trouxe com certeza. O Conselheiro Walter confirma e coloca o nome da Conselheira como sendo da comissão e depois pode retirar. A

Secretária Executiva Jane confirma então que a comissão vai ser formada por quatro integrantes, os Conselheiros Alisson, Walter, Giovanna e Aieda, e será feita a deliberação. O Conselheiro Walter então pergunta se alguém tem algo a mais a acrescentar. O Conselheiro Walter então pergunta aos Conselheiros Giovanna, Alisson e aos demais se alguém quer compor junto com as Conselheiras Nádia e Elza a comissão que organizará a Conferência Estadual de Direitos Humanos e orientará as demais conferências. A Conselheira Waleiska pede desculpas pois se atrasou por motivos técnicos, então pergunta o que ficou definido do encontro da conferência, e se já houve definição da data. O Conselheiro Walter então explica que a Conselheira Nádia trouxe a informação que está se aguardando um documento orientativo do governo federal, esse documento orientativo é o que poderia sartar inclusive a expedição daqueles ofícios que já foram deliberados para o chamamento dos municípios, da OAB e afins, para que eles se organizem e se mobilizem para organizar as conferências, e o que foi feito hoje então foi a disponibilização daquele cronograma que assistente administrativa Aline elaborou de novo, e também foi feita a composição da comissão que vai auxiliar nessa organização, as Conselheiras Elza e Nádia gentilmente assumiram a capitania mas deixando claro que elas vão precisar de mais suporte e mais apoio, então se pré-formou essa comissão de direitos humanos e ela vai iniciar com esses movimentos, foi dito também que essa comissão está em aberto e que vamos ser mais enfáticos na sexta que vem que é a plenária, para chamar novos membros. A Conselheira Waleiska diz ter ficado em dúvida porque uns dois meses atrás precisou-se indicar uma pessoa para entrar na comissão, para ser ponto focal da Comissão Nacional de Organização do Conselho Nacional de Direitos Humanos, e foi seu nome, um dia chegou uma convocatória para uma reunião que chegou em cima e eles avisaram super em cima da hora, então a Assistente administrativa Aline acabou avisando super em cima também, ao entrar nessa reunião pareciam estar discutindo já pontos e ouviu tudo, porque eu não estava entendendo nada, já que não tinha nem a pauta da reunião, e no final se apresenta e fala que era do Paraná, e que eu estava num grupo que eu tinha colocado, e aí eles ficaram meio surpresos, porque disseram que

tudo isso e todas essas informações que estava buscando estavam num grupo que chama Rede de Conselhos, e deveria ver com as pessoas do COPED que integram a Rede de Conselhos porque eles estão acompanhando, e então a Conselheira perguntou no grupo do COPED no Whatsapp quem estava na Rede de Conselhos, como era e o que estava sendo discutido, e não tem esses retornos, não esta nesse grupo da Rede de Conselhos. A Conselheira reitera que sua preocupação é que está lá, supostamente indicada para representar o COPED em algo que eu não consegue representar, porque não é chamada, as informações não chegam porque está sendo repassado para quem é da Rede de Conselhos, e teve esse evento em Brasília que não sabe se era da Rede de Conselhos, e não conseguiu entender muito bem e até agora só lembra que é a Conselheira Bruna a titular de alguma coisa e que é suplente dela, e aí parece ser outra coisa, que já não é nem a Rede de Conselhos e nem esse rolê do grupo que está organizando a Conferência Nacional, e de lá a Conselheira Bruna trouxe vários documentos que então não são os orientativos, e por fim a Conselheira pergunta se é isso mesmo. A Conselheira Bruna pede então licença para falar pois tem mais experiência sobre a questão, e explica a Conselheira Waleiska que sobre o que ela solicita de informações dessa comissão de cada região para compor a questão da conferência, há uma pessoa responsável para informá-la sobre isso, que é a conselheira Edna, ela informou que ainda não foi criado esse grupo específico da conferência com os conselheiros estaduais. A conselheira explica que enquanto Rede de Conselhos, não tem nada a ver com isso, a Rede de Conselhos é independente e essa comissão que foi criada é uma comissão temporária, a Rede de Conselhos quem estava na titularidade era o presidente do COPED, no qual foi criada uma possível comissão com membros. Após indagações por parte dos demais participantes da reunião a Conselheira Bruna continua que, foi na reunião e captou tudo o que foi necessário, todas as informações necessárias e precisa repassar isso, outro detalhe que a Conselheira traz é que, faleceu uma menina trans na cidade de Foz do Iguaçu e sua prioridade é fazer um enterro digno para ela. A Conselheira então explica que a Rede de Conselhos foi criada na perspectiva de dialogar com os conselhos de todo o território

nacional para fazer um mapeamento de quais conselhos estão funcionando, estão ativos, como são as leis desses conselhos, e os conselhos que não estão ativos, na perspectiva do CNDH, dialogar e trabalhar para que esses conselhos sejam criados, para que esses conselhos tenham autonomia, para que esses conselhos possam trazer suas problemáticas, no entanto, participando da Rede de Conselhos, foram realizadas diversas denúncias, como a questão agrária das tribos indígenas do Paraná, no entanto, eles estiveram recentemente no estado de Paraná, foram ao município de Foz do Iguaçu dialogar com o município sobre o único município que tem uma Secretaria de Direitos Humanos, solicitando que eles retivassem esse colegiado, não havia o conselho, mas tinha a secretaria, e nessa reunião que foi solicitada para a Rede de Conselhos era para os conselheiros dos estados irem até lá dizerem como estavam as tratativas sobre a conferência, porque dentro desse possível grupo da Rede de Conselhos, o qual ela não fazia parte, eles já estavam dialogando sobre a conferência, sobre alguns documentos e sobre orientações, e a Rede de Conselhos regional que é composto por Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná foi indicado o nome de cada regional para que pudesse representar a região dentro dessa comissão e os eleitos foram Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, e o Paraná não participou desse processo, porém não sabe o porquê, e isso, essa indicação foi discutida dentro do grupo do WhatsApp da Rede de Conselhos. A Conselheira Waleiska então indaga em confirmação, se a Rede de Conselhos chamou essa reunião lá em Brasília para que os estados dissessem como estão as coisas nos seus estados sobre a preparação das conferências estaduais, a Conselheira Bruna confirma, e complementa que era para saber também se, já tinham chamado, se já tinham dialogado, se tem alguma perspectiva, se tem alguma data, se tem diálogo com o gestor, para que eles também possam fazer essa interlocução de dialogar com o Estado e tal, a Conselheira diz que apontou enquanto Estado do Paraná na conferência é que não tínhamos nada, não sabíamos de nada e que a forma que o Conselho Nacional estava fazendo estaria prejudicando os estados e municípios, e nesse sentido trabalhou com outros conselheiros a mudança da data, do prazo legal, porque os prazos eram muito curtos, para que conseguisse

dialogar com os estados e municípios, e aí nesse sentido foram mudadas algumas datas. A Conselheira Bruna complementa que o documento que trouxe não são os oficiais e já era para ter saído o documento oficial, e diz que recentemente foi incluída no grupo da Rede de Conselhos, e então mais uma vez, dentro desse grupo cobrou novamente, já saíram dois documentos definitivos, só falta a publicação, e inclusive vai cobrar novamente a portaria que chama a conferência porque o Conselho da Mulher não esperou o Ministério chamar a conferência para chamar a Conferência Estadual do Conselho da Mulher e a SEJU também não pode fazer esse mesmo critério de esperar um documento desse lado, e deixa a crítica que pode-se chamar sim, e depois se ajusta, porque se a gente já tem um caderno norteador de proposta não haverá prejuízo, porque será chamado com esse trabalho, e depois se pode referendar. A Secretária Executiva Jane então concorda com a fala da Conselheira Bruna sobre chamar sem ter os documentos. A Conselheira Waleiska comenta que pediu informações a Conselheira Bruna, para ver se estava entendendo, porque realmente estava tudo muito confuso e a fala da Conselheira esclareceu um pouco mais, e explique que estava confuso pois não fazia nenhum sentido que houvesse uma reunião em que fossem chamados para dizer como estava, porque esse relato a Conselheira Bruna já havia feito, de forma muito mais simples é claro porque era no grupo do WhatsApp, e ficar ouvindo na reunião repetidamente que sendo esperado, mas como esperando se foi-se até lá para dizer o que foi feito, por isso disse estar confusa pois estava confuso para ela este fluxo, e que se ficar esperando alguma coisa, vai prejudicar os 399 municípios do Paraná que estão dependendo do Conselho de alguma orientação pra fazer suas chamadas municipais, a conselheira acha que “se essa bomba cair no nosso colo” vai ficar muito feio para o COPED, porque o COPED até agora não tinha se movimentado para absolutamente nada com relação a essa conferência estadual, a Conselheira diz também para tocar o barco, e se o governo federal se atrasar depois ajusta as coisas, e finaliza dizendo que, sua proposta é que toque com base no que a Conselheira Bruna já trouxe. O Conselheiro Walter então esclarece a Conselheira Waleiska que, quando iniciaram os movimentos da conferência sim, existiu uma

discussão no grupo do WhatsApp, pedindo se Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina iriam compor a comissão regional, se voluntariou para compor e acabou ficando de fora porque houve uma votação interna, o Conselheiro explica que tinham que ser dois representantes de cada região, e como houve impacto, os três se voluntariaram e organizaram uma votação entre todas as regiões para dizer quem da região sul iria compor, na época, afirmou que achava estranho o procedimento, pois como o pessoal de outra região ia escolher o pessoal da região sul para compor, mas fizeram esse procedimento, ficaram definidos e assim se começou, naquele mesmo tempo, no ano passado, perguntou a Secretária Executiva Jane se eles tinham recebido qualquer documento da conferência, porque estavam atentos para organizar essa situação, e a Secretária Executiva Jane disse que ainda não havia vindo nada e ainda pediu duas vezes pra ela, para dar esse enfoque, e tanto foi que já há algumas extraordinárias atrás, o tema veio à deliberação, foi pedido e pactuamos que fosse enviado o ofício para os municípios, OAB, e o Conselheiro Alisson inclusive fez uma pontuação sobre a possibilidade da sociedade civil chamar as conferências quando foi dito que três Sociedades Civis unidas organizassem, poderia ser feita chamada e a deliberação já tinha sido pra expedir ofícios, e é aqui que estamos sobre isso, então essa ordem de envio de ofícios com todos os documentos, para todos os municípios, para a OAB e para a MP, já foi deliberada e aprovada. A Conselheira Waleiska então comenta, que pelos últimos relatos captou que teve essa deliberação, mas ela precisa ser operacionalizada e a sua angústia reside nisso, ora, se foi chamado para dizer como está, por que está se esperando alguém dizer o que fazer para que esses e-mails sejam disparados, porque senão os municípios não têm tempo hábil de fazer suas organizações, e ainda aproveita pra dizer que não está entendendo para o que foi indicada até agora, visto que existe uma rede, um não sei o quê, então, aquela indicação que havia se colocado, está se retirando, porque nunca foi chamada para nada e esse grupo pelo jeito não existe, ele só está nessa rede de conselhos que agora entendeu o que é, a conselheira complementa que nunca tinha entendido o que era rede de conselhos e agora entende o que é, e acha que, se tudo já está colocado na rede de conselhos aí fica

quem está na rede de conselhos, que acha mais produtivo, senão fica cruzamento de coisas e fica confuso. A Conselheira Nádia diz concordar plenamente com o que foi falado, que se precisa agir, e de fato dar início aos trabalhos, porém o que a preocupa é, oficiar os municípios com base em que documento, considerando que o Conselho Nacional não publicou a convocação para as conferências, ou seja, temos uma prévia dos documentos, que foi trazida pela Conselheira Bruna, a qual participou da reunião e está bem atualizada sobre, porém não é um documento oficial, logo como que vamos emitir um documento orientativo, considerando que o documento oficial não chegou e que ele pode ainda sofrer alterações. O Conselheiro Alisson comenta que em Londrina estão todos bem ansiosos para chamar a conferência municipal e só aguardando as orientações, mas indica a Conselheira Waleiska que existe sim um grupo da rede de conselhos da região sul, que estão ele, Conselheiros(as) Waleiska, Bruna, Elza, Hamilton, Rockmillys, e não sabe se existe um outro grupo paralelo, mas não se recorda de ter sido encaminhado algo nesse sentido nesse grupo, e até está com ele aberto e não existe nenhuma discussão nesse grupo da rede de conselhos da região sul com relação às conferências, e está bem atento, porque acredita que era suplente da Conselheira Waleiska nesse grupo, e enfim não sabe se existe um outro grupo paralelo que não seja esse, mas existe um grupo que chama Rede de Conselhos de Direitos Humanos da região sul, e gostaria de saber qual é esse outro grupo da Rede de Conselhos. A Conselheira Bruna então explica que, o grupo da Rede de Conselhos Nacional é só para as indicações titulares e suplentes da indicação nacional, e no grupo da Rede de Conselhos Sul podem ser incluídos todos os conselheiros do conselho e inclusive todos foram incluídos, porque no passado houve uma deliberação do Conselho Nacional, que foi dialogada e conscientizada por todos, de a cada ano um estado sediar um encontro de conselhos regional, e isso nunca aconteceu, possivelmente aconteceria em Santa Catarina e houve um declínio, porque ia ser na Assembleia Legislativa e os prazos eram curtos e também tinha a questão das emissões de passagem e não se sabia quem ia emitir, se era a Assembleia Legislativa de Santa Catarina ou se cada Conselho arcaria com as suas

passagens para ir a atividade, e então quando eu se afastou da Rede de Conselhos automaticamente se afastou da Rede de Conselhos da região sul também, porque automaticamente quando tem desligamento foi tirada do grupo. A Conselheira então explica a Conselheira Nádia que o Conselho de Direitos Humanos do Estado do Paraná, com base no diálogo tem autonomia para chamar a conferência, sem o governo federal ou com o governo federal, basta o Conselho deliberar, então não existe essa obrigatoriedade porque os estados e municípios são autônomos, portanto o Estado do Paraná tem orçamento, como foi previamente colocado pela coordenadora de conselhos no ano passado, para possivelmente fazer a conferência, até porque a lei que cria este conselho diz que o processo eleitoral deste conselho sempre se dá em conferência de dois em dois anos, porém, o Estado não tem custos e condições de fazer uma conferência de dois em dois anos, até porque quando se faz uma conferência, a conferência traz propostas para construção do plano estadual de direitos humanos, que este já está hiper defasado, então, a Conselheira solicita desde já e coloca ao presidente deste conselho, primeiro ponto, que o caderno orientador deste conselho que inclusive acaba de enviar no grupo do COPED, tem um caderno orientador com as propostas, porque o que o conselho precisa entender é as propostas e o número de vagas que já está definido, inclusive, quando estava no grupo a Conselheira cobrou da Sra. Edna Jatobá, que é quem responde pelo conselho, que é secretária executiva do conselho e secretária da sociedade civil, sobre a portaria que chama a conferência, porque eles tinham dado um prazo de dez dias e esse prazo já passou, é um grande problema, mas o principal, já temos, que é o caderno orientador, o que a gente vai discutir, e depois a gente pode ratificar o número de vagas, que esse não será o problema, mas antes de tudo precisamos saber que tem estados e municípios que não conseguirão chamar as suas conferências independentes, e então como o próprio Conselheiro Alisson falou, o próprio caderno orientador da Conferência Nacional diz que instituições podem chamar, OAB pode chamar, Defensoria Pública pode chamar, Ministério Público pode chamar, então não vai ficar restrito só a estados e municípios, então segue o que o presidente desse Conselho orientou na

última plenária desse COPED, e inclusive quando a Conselheira Bruna esteve em Brasília, passou a autonomia de qualquer cargo que seja de grande importância dentro desse Conselho, porque em primeiro lugar colocou a conferência em primeiro lugar, não a deliberação do pleno, porque estava representando o Conselho, então teria essa autonomia de dialogar e questionar a gestão em forma de diálogo se tinha orçamento previsto para a Conferência de Direitos Humanos, então nesse caso, solicita a coordenadora dos Conselhos da Secretaria de Justiça, e também comunicou a Conselheira Nádia se existia orçamento para fazer essa conferência, e no dia seguinte foi orientado pela senhora Jane Vasques e havia orçamento previsto, pois ela tinha colocado no plano anterior para que fosse executado, então solicita que ela esclareça e traz de exemplo o Conselho da Mulher, no qual também é conselheira, que também tiveram o mesmo problema da deliberação do Conselho Nacional, mas mesmo assim já estavam trabalhando dentro do Conselho as conferências municipais, portanto isso não foi impeditivo de não ter um decreto do Governo Federal, porque o Conselho tem autonomia de chamar a conferência, assim como o rege na Lei. O Presidente do Conselho Walter acha que deve-se otimizar um pouco o andamento da reunião sobre a questão da comunicação de Brasília, ele reitera que o meio oficial sempre vai ser o e-mail do COPED e sobre isso nunca veio, existem grupos paralelos do WhatsApp que não são comunicações oficiais em que haviam conversas sobre e elas nunca saíram do campo das ideias, quanto ao Paraná, a última ação que tivemos foi responder uma pesquisa sobre a Conferência Nacional, a questão que temos são duas me parece, primeiro, formar a comissão, e essa comissão já demos um andamento que são as Conselheiras Elza e Nádia no comando, segundo, definir, se já podemos e devemos, e acredita que sim, enviar os ofícios solicitando que municípios, Ministério Público e OAB se movimentem para organização das conferencias. O Conselheiro acha que isso seria o escopo da reunião de hoje, não sabe se todos concordam mas acredita que estes são os movimentos que deviam fazer, então pergunta se mais alguém quer compor a comissão nesse instante. As conselheiras Waleiska e Wanderli se colocam para compor a comissão e as Conselheiras afirmam agora entender pois não estavam

conseguindo entender nada, então o Conselheiro Walter agradece e diz que será pedido para que representantes governamentais componham além da Conselheira Nádia, e indaga se todos concordam com a expedição dos oficios, e então é aprovado. A Conselheira Nádia fala então que, considerando a fala da Conselheira Bruna sobre orçamento, deve esclarecer, e então pede que a Conselheira Jane possa complementar, que não foi feito previsão orçamentária para a conferência no ano passado por parte da coordenação, considerando que não havia um chamamento para tal conferência, então tem uma previsão orçamentária para direitos humanos, que é claro, pode ser utilizada com a conferência desde que haja teto, então, fizeram agora a previsão orçamentária da conferência, a qual já está com o financeiro, e o qual deverá solicitar o recurso à SEAP, portanto se foi feita uma previsão orçamentária de conferência por parte do conselho não tem esse conhecimento, mas por parte da coordenação não houve solicitação de previsão orçamentária para a conferência. A Conselheira diz ainda que, sobre o recurso que a Conselheira Bruna falou e sobre tudo o que foi dito, há dois meses atrás, receberam através do gabinete, via protocolo, uma solicitação de indicação de um ponto focal para tratar das conferências, foi indicado seu nome pela SEJU, porém, desde essa indicação não houve nenhuma comunicação oficial do Conselho Nacional com ela ou com a coordenação, todos os contatos que foram realizados foram a partir da coordenação com o Conselho Nacional, ou seja, estão buscando informações mas nenhuma informação foi oficialmente mandada, portanto são esses dois esclarecimentos, a Conselheira acha que o que mais é relevante nesse momento é a questão orçamentária e estão trabalhando nisso, mas ainda não tem nada oficializado por parte do financeiro ou por parte da SEAP. A assistente administrativa Aline informa as inscrições de fala e passa a palavra pra Conselheira Waleiska. A Conselheira Waleiska diz ter duvida e pergunta se quando for enviar esse ofício, a ideia seria já enviar esse caderno orientador, e a dúvida é, o teor do ofício é provocando que esses órgãos citados pelo Conselheiro Walter, chamem a reunião para fazer a preparação da conferência municipal, ou, se seria convocando ou convidando, e já se envia o caderno orientador dizendo, que está aqui uma base

para que vocês preparem isso, dando os devidos prazos, considerando que deve ser feito a estadual até 12 de setembro, então as municipais têm que acontecer até agosto, e então pergunta se é isto mesmo. O Conselheiro Walter confirma e diz que a ideia seria mais ou menos essa, mas teria que ser feita a verificação se esse caderno já consta como um documento oficial, que a Conselheira Bruna disse ter trazido materiais que não eram oficiais ainda e que não haviam publicado, e não podemos convocar, então a ideia seria enviar um ofício pedindo para que eles criem comissões e realizem, não sabendo se a partir desse caderno como fica, se é oficial ou não, sobre os prazos da organização das conferências, já estamos encaminhados, a nossa comissão agora vai fazer essa verificação orçamentária, mas deve ser expedido o ofício, sinalizando a importância desses atores em criar a comissão e assumir a preponderância, assumir o protagonismo da organização e efetividade deles, e essa seria a ideia. A Conselheira Waleiska pergunta se todos podem, como comissão, dar uma olhada nesse documento antes para fazer complementações. O Conselheiro Walter confirma e diz que a ideia é a seguinte, não podem pedir que convoquem, é somente dizer que pede-se encarecidamente que criem suas comissões e assumam o protagonismo para a realização dessas conferências. A Conselheira Waleiska questiona se nesse documento tem que ter indicação de data, e que elas têm que acontecer até tal dia, porque senão não faz sentido a conferência municipal acontecer depois da estadual. Ao que o Conselheiro Walter responde que esse calendário nós também não temos certeza, porque não foi publicado o chamamento, e é sobre isso que a Conselheira Nádia estava falando anteriormente. Conselheira Waleiska diz ao Conselheiro Walter que podem fazer um indicativo e se for o caso retifica, e comenta que, se falarem para criar, vão achar que tem até o final do ano para criar, e se não der alguma orientação o povo não sabe o que fazer. O Conselheiro Walter pergunta então o que acham da seguinte forma, fazem essa estimativa de cronograma, mais ou menos naquele exemplo, e coloca-se para aprovação, e com os porquês, eles aprovam e toca os ofícios. A Conselheira concorda mas indaga quando aprova, porque está tudo com prazo apertado e se essa comissão que está sendo formada vai ter autonomia de trabalho

para operacionalizar e tal, e tocar as coisas, da operacionalização explica, nada de decisões profundas, porque se tudo que a comissão fizer precisar passar pelo plenário, não adianta ter comissão. Conselheiro Walter então diz que não, autonomia de organização livre, então podem fazer os esboços, os protocolos, e somente as questões sensíveis gostariam que fossem passadas pelo pleno e para as deliberações que forem emergenciais podem ser feitas pelo WhatsApp. A Conselheira Bruna comenta então que deve-se pensar pela criação dos prazos e como se vai comunicar para eles se organizarem na conferência, que serão conferências regionais, para utilizar o tempo deles, os prazos, porque aí por região fica muito mais fácil, e aí damos um modelo de pré-conferência de proposta para a conferência regional, e nessa conferência regional eles esmiuçarem as propostas que são relevantes na questão do local deles, porque são poucos municípios que têm conselhos, e no caso, acredita que só Curitiba pelo conhecimento que tem, então da pra pensar também como vai deliberar, como vai encaminhar, porque se os municípios não quiserem chamar, aí a terão que dialogar com a defensoria pública, com o Ministério Público, então seria importante já chamar e criar um diálogo, pedir que encaminhassem aquela comissão que possuem de criação de conselhos de direitos humanos, para acompanharem esse processo e ficarem em cima, porque aí já teremos o suporte de quem já tem um mapeamento de conselhos e já tem um diálogo com os municípios, foi esta sua ideia. O Conselheiro Walter complementa que já foi deliberado que isso vai ser feito, inclusive vai ser expedido ofício para a OAB, para o Ministério Público e para a defensoria, para que eles assumam o protagonismo do chamamento também. A Conselheira Bruna explica que sim mas a questão não é apenas esta, é de que como isso será vislumbrado, porque o prazo de conferências pelos municípios não vai ser hábil pelo tempo que há, e que se pense enquanto colegiado, porque isso vai interferir na atuação, de como a gente vai pensarão, e isso parte do conselho, porque os municípios não vão tomar essa decisão, mas se já se levar uma proposta de conferência e de como eles podem fazer já fica muito melhor, a Conselheira complementa que sabe que cabe à comissão organizadora, mas esse é um fato sensível que precisa passar pelo pleno

e que na próxima reunião, possam colocar como discussão a conferência e que tenha uma possível deliberação para a execução da conferência com os estudos apresentados, com a próxima reunião, deve-se chamar o mais rápido possível da comissão organizadora e que sejam indicados os nomes da gestão para que possam compor, por fim a Conselheira afirma que essa contribuição que gostaria de fazer e pede desculpas pois precisa se retirar da reunião. O Conselheiro Walter comenta que a fala da Conselheira Bruna é sensata e acha que essa comissão pode sim se organizar e lhes dar esse direcionamento, se já criaram por isso, a comissão pode se deslocar e apresentar para o Conselho o projeto para sexta que vem, quando se coloca como primeiro ponto de pauta na ordinária a votação sobre as conferências. O conselheiro Alisson reforça então que nesse ofício que vai circular para o Ministério Público, Defensoria e OAB, deixasse claro que a mobilização pode ser feita a partir da sociedade civil, o Conselheiro coloca que, lá já se movimentaram nesse sentido, já conversaram com o Ministério Público, já conversamos com a seccional da OAB Londrina, e estão só aguardando a orientação do Conselho pra sentar junto e estabelecer quando será a conferência municipal, porque o município de fato não tem perspectiva nenhuma sobre direitos humanos, e complementa que possuem o Conselho Municipal de Direitos Humanos, mas está inativo desde 2006, e é uma tarefa de responsabilidade um tanto quanto grande deles chamar uma conferência, e querem que seja o mais participativo e o mais representativo possível,então o conselheiro complementa que se puder reforçar esse argumento que a sociedade civil pode e deve chamar a conferência, acredita que seria interessante. O Conselheiro Walter acha que seria interessante contar que é uma possibilidade, mas prefere que no ofício conste isso bem singelo ao passar, porque se colocar que a sociedade civil pode, não raras vezes não terão alcance da sociedade civil desse documento para que disso saibam, uma vez que ele vai ter remessa a atores predefinidos, então podem colocar que pode, mas colocarão ser dever da OAB e dessas outras, fazerem o chamamento, e na comissão organizadora inserir membros da sociedade civil que atuem na pauta, porque tem esse grande problema, que se dizer que a sociedade civil pode chamar, é normal e

natural que todo mundo abandone tudo e deixe nas costas da sociedade civil, e a sociedade civil não vai ter ciência do teor desse ofício, então não estarão mandando esse ofício para elas. O Conselheiro Walter complementa que exemplo em Londrina é lindo, é bem legal, é um protagonismo bonito, mas ele não se replica no resto do Estado, então, por isso foram eleitas essas três entidades, Ministério Público, OAB que tem em todo lugar, e também na Defensoria Pública, o Conselheiro então pergunta se podem prosseguir assim. Ao que o Conselheiro Alisson acredita que sim. O Conselheiro Walter fala então que é favorável a colocar que pode ser chamado, mas não em especificar que deve por eles, porque senão todo mundo vai se folgar na sociedade civil e nem todo município tem sociedade civil organizada que possa fazer isso, e pergunta se alguém tem mais alguma coisa ou podemos encerrar a reunião com essas deliberações. A Conselheira Wanderli explica então que, sobre a sugestão da Bruna de conferências regionais que é o modelo da saúde, é preciso informar para quem não conhece que a Organização da Secretaria de Saúde possui tem 22 regionais e em cada regional tem um assessor para o controle social, então o governo se encarrega de organizar as conferências, no caso dos direitos humanos a Secretaria de Justiça talvez não tenha a mesma estrutura, outra coisa é sobre as conferências que são organizadas por governamentais e não governamentais, a sociedade civil pode e deve fazer as conferências livres, que daí é outro processo, e precisa ler as orientações antes de tomar alguma iniciativa porque, como é conselheira de saúde, está dentro de um processo de conferência livre da mulher e estão fazendo conferência livre mas é só sociedade civil, não tem governamental nesse processo, é necessário ler qual é a orientação para as conferências livres e para as conferências oficiais nesse documento orientativo. O Conselheiro agradece pela fala da conselheira e diz que essa tarefa fica então a cargo da comissão que foi hoje formada para que apresente na próxima sexta-feira esse estudo, esse diagnóstico e o cronograma de ação que pensam ser possível para dar maior celeridade a tudo isso, e por fim o Conselheiro confirma as deliberações de, primeiro, quem irá compor a comissão das conferências e segundo, a comissão da defensoria, e pergunta se alguém teria mais algum ponto, então agradece a

participação de todos. A Conselheira Nádia sugere que a assistente administrativa Aline crie um grupo de WhatsApp desta comissão que ficou pré-definida para que se possa dar início aos trabalhos. Ao que Aline afirma que criará. **3. Encerramento:** Por fim, todos se despedem e a reunião se encerra. A presente ata foi lavrada por Henrique Chaves dos Anjos e revisada pela coordenadora Jane Cristina Lobato Vasques UTSC/SEJU.